

HIDROVIAS DO BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Hidrovias do Brasil S.A. (“Companhia”) foi constituída em 18 de agosto de 2010 e possui sua sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.912 - 21º andar, conjunto 21-L, Jardim Paulistano, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, abrir filiais, agências e estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior. A Companhia tem por objeto social atividades de logística e infraestrutura hidroviária, rodoviária e multimodal, no Brasil e no exterior, incluindo as listadas a seguir, bem como a participação societária em sociedades que exerçam tais atividades:

- a) Transporte de passageiros e mercadorias.
- b) Construção e exploração de portos, terminais de carga, estaleiros, oficinas e entrepostos.
- c) Navegação fluvial e marítima, cabotagem e armazenamento de mercadorias.
- d) Prestação de serviços de logística, diretamente ou por intermédio de terceiros.
- e) Outras atividades correlatas ou de qualquer forma relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até R\$850.000.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, nos termos do artigo 168 da Lei das S.A.

A Hidrovias do Brasil S.A. é parte interveniente no acordo de acionistas que regula os termos e condições da relação entre os acionistas e, indiretamente, nas empresas nas quais a Companhia possua e venha a possuir investimentos, incluindo o exercício de direito de voto, a participação dos acionistas na administração, a obrigação de cada acionista de integralizar o capital subscrito, acordos relativos a futuras capitalizações e algumas outras restrições para a transferência das ações ou títulos equivalentes emitidos pela Companhia.

A Hidrovias do Brasil S.A. possui participação acionária direta e indireta nas empresas abaixo:

Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A., empresa pré-operacional, tem por objetivo social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, e a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, rodoviário e ferroviário, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Barcarena, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A., empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Itaituba, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

Hidrovias do Brasil - Marabá S.A., empresa pré-operacional, tem por objeto social a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Marabá, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento.

Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda., empresa pré-operacional, tem por objeto social a exploração do serviço de transporte hidroviário de carga geral, graneis líquidos e sólidos; prestação de serviços de operações portuárias, cargas e descargas de barcas e serviços de armazenagem de cargas; o serviço de transporte de carga geral e graneis sólidos na navegação do interior de percurso longitudinal intermunicipal, interestadual e internacional; a prestação de serviço de navegação interior, o transporte, o armazenamento e o transbordo de carga geral e graneis sólidos.

Hidrovias del Sur S.A., holding domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.

Girocantex S.A., empresa pré-operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o transporte fluvial de mercadorias.

Hidrovias del Paraguai S.A., empresa pré-operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.

Pricolpar S.A., empresa operacional domiciliada no Paraguai, tem por objetivo principal atividades comerciais relacionadas com o transporte por via fluvial.

Cikelsol S.A., empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o arrendamento de ativos de navegação.

Baloto S.A., empresa pré-operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal a participação no capital de outras sociedades.

Limday S.A., empresa operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal o transporte de celulose das instalações portuárias de Fray Bentos para o terminal portuário localizado em Nova Palmira.

Obrinel S.A., empresa pré-operacional domiciliada no Uruguai, tem por objetivo principal construir e operar um terminal especializado de carga de granel sólido, nas instalações do Porto de Montevideo.

A Obrinel detém concessão por prazo determinado de 20 anos, aprovado e autorizado pela Agência Nacional de Portos – ANP do Uruguai, através do Concurso Público nº 1/05, e tem a obrigação de desenvolver a construção e operação do terminal, na forma e condições do concurso público. No contrato de concessão está definido que o Poder Executivo poderá estabelecer tarifas para os serviços portuários dependendo do nível de competitividade. A Obrinel encontra-se em processo de construção do terminal portuário e deverá entrar em operação em 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada em conjunto Linday S.A. e as controladas indiretas Pricolpar S.A. e Cikelsol S.A. estão em fase operacional. A Companhia e as demais controladas encontram-se em fase pré-operacional.

Para consecução de seus objetivos, em adição aos investimentos já efetuados no corredor Sul, a Companhia espera investir no corredor Norte o montante de aproximadamente R\$1,1 bilhão, que serão obtidos através de capitalizações dos acionistas (equity), conforme previsto no Subscription Agreement, que ainda prevê aportes adicionais de capital pelos acionistas no montante de US\$96.000, e cerca de R\$800.000 que serão obtidos através de operações de financiamentos com terceiros.

Outros aspectos regulatórios

Em 7 de dezembro de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União, a Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e outras providências. Referida Medida Provisória foi convertida em Lei em 5 de junho de 2013 (Lei nº 12.815).

A Administração da Companhia avaliou a Lei e não espera impactos nas demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil e de suas controladas.

Em 21 de fevereiro de 2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Coema aprovou a concessão de licença prévia referente ao projeto da controlada, Hidroviás do Brasil - Vila do Conde, de instalações de Terminal Portuário de Uso Privativo - TUP localizado na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Em 1º de julho de 2013, foi aprovada a concessão de Licença de Instalação (LI) referente ao projeto da controlada direta, Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A., de instalação de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP), localizado na Cidade de Barcarena, Estado do Pará.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com os CPC, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM e diferem das demonstrações financeiras separadas que, conforme as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”), devem ter o investimento em suas controladas avaliado ao valor justo ou ao custo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

c) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo CPC. No caso da Companhia, esses itens poderão ser reclassificados para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional das controladas no Uruguai e Paraguai é o dólar norte-americano. Os efeitos de conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o real é contabilizado no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de controladas no exterior. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação dos imobilizados e ativos intangíveis (nota explicativa nº 8 e 9) e a determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 3.e).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

a) Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

b) Moeda estrangeira

(i) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais (moeda funcional da Companhia) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e

apresentadas no patrimônio líquido.

A controlada Girocantex S.A. utiliza instrumentos financeiros derivativos como forma de eliminar a variação cambial nos casos onde a moeda contratada difere da sua moeda funcional e não para propósito de especulação. Os instrumentos financeiros utilizados para proteção são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço e mensurados a valor justo.

A Administração da Companhia documenta a relação entre os instrumentos financeiros utilizados como derivativos e as estratégias de proteção. O registro contábil dessa operação é realizado no momento da aquisição do instrumento financeiro e atualizado periodicamente.

As variações do valor justo dos instrumentos financeiros de “hedge” de fluxo de caixa efetivo encontram-se registrados em outros resultados abrangentes e são reconhecidos no patrimônio líquido na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes no período são transferidos para a demonstração de resultados quando a partida protegida do instrumento de “hedge” é efetiva. As variações do valor justo dos instrumentos financeiros de “forward” (NDF) encontram-se registradas no resultado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado

Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir.

“Hedges” de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de “hedge” em uma proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a “hedge” é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício em que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de “hedge”. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de “hedge” afeta o resultado.

Caso o instrumento de “hedge” não mais atenda aos critérios de contabilização de “hedge”, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de “hedge” é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Outros derivativos não mantidos para negociação

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de “hedge” de fluxo de caixa que se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

d) Apuração do resultado

Os itens que compõem o resultado são registrados em conformidade com o regime contábil de competência.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados - 20%; instalações - 10%; sistema de aplicativos - 20%; equipamento de telefonia - 10%; benfeitorias - 20%; veículos - 10%; barcos e barcas - 4% e 5%.

f) Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa nº 3.a).

(ii) Direito de concessão

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelo

período do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo a amortização do direito de uso de software de dez anos.

g) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos com vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Durante o período não ocorreram eventos que indicassem a necessidade de revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i) Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio.

j) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

k) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

l) Segmentos operacionais

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia são baseadas na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e são efetuadas através da segmentação de negócio.

m) Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pela alíquota regular de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e alíquota de 9% para a contribuição social sobre o lucro. No consolidado, o imposto de renda das controladas que estão estabelecidas no Uruguai e Paraguai é calculado com base na legislação aplicável no naqueles países. No entanto, a Companhia e suas controladas não tem apurado lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre os prejuízos fiscais serão contabilizados quando houver expectativa de geração de lucros tributáveis.

n) Normas e interpretações novas e revisadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis, emitidas até 31 de dezembro de 2013, pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 E IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 E IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgação de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos.	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados.	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas.	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i> .	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado. Os pronunciamentos acima foram editados pelo CPC, aprovados pela CVM e aplicados pela Companhia a partir de janeiro de 2013.

A principal mudança deu-se nas informações de controladas em conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas, que deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, em conjunto com os novos requerimentos e divulgações.

Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas para fins de comparabilidade, uma vez que a Companhia tinha como prática a contabilização proporcional das controladas em conjunto (vide nota explicativa nº 3.a) - Base de consolidação e investimentos em controladas).

Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos com relação ao balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e às demonstrações do resultado, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação nesse exercício.

Em 1º de janeiro de 2012:

Ativo	Consolidado		
	Originalmente Apresentado 31/12/2011	Efeito da adoção dos novos IFRS/CPC	Reapresentado 01/01/2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	54.726	(121)	54.605
Impostos a recuperar	313	(146)	167
Outros créditos	7.040	(300)	6.740
	<u>62.079</u>	<u>(567)</u>	<u>61.512</u>
Não circulante			
Aplicações Financeiras	17		17
	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
Investimentos	-	943	943
Imobilizado	28.433	(2)	28.431
Intangível	8.878	(494)	8.384
	<u>37.311</u>	<u>447</u>	<u>37.758</u>
	<u>99.407</u>	<u>(120)</u>	<u>99.287</u>

	Consolidado		
	Originalmente Apresentado 31/12/2011	Efeito da adoção dos novos IFRS/CPC	Reapresentado 01/01/2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	861	(85)	776
Salários, férias e encargos a pagar	1.760	(35)	1.725
Obrigações tributárias	100		100
Outras contas a pagar	39		39
	<u>2.760</u>	<u>(120)</u>	<u>2.640</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	108.000	-	108.000
Prejuízo acumulado	(11.456)	-	(11.456)
Ajustes acumulados de conversão	103	-	103
	<u>96.647</u>	<u>-</u>	<u>96.647</u>
	<u>99.407</u>	<u>(120)</u>	<u>99.287</u>

Em 31 de dezembro de 2012:

Ativo	Consolidado		
	Originalmente Apresentado 01/01/2012	Efeito da adoção dos novos IFRS/CPC	Reapresentado 31/12/2012
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	118.578	(1.665)	116.913
Clientes	255	(255)	-
Estoques	23	(23)	-
Impostos a recuperar	1.939	(325)	1.614
Instrumentos financeiros	3.019	-	3.019
Adiantamento a fornecedores	31.085	(48)	31.037
Outros créditos	6.741	(53)	6.688
	<u>161.640</u>	<u>(2.369)</u>	<u>159.271</u>
Não circulante			
Impostos diferidos	282	(282)	-
Instrumentos financeiros	1.685	-	1.685
Outros créditos	666	(91)	575
	<u>2.633</u>	<u>(373)</u>	<u>2.260</u>
Investimentos	-	9.911	9.911
Imobilizado	56.521	(9.320)	47.201
Intangível	11.843	(2)	11.841
	<u>68.364</u>	<u>589</u>	<u>68.953</u>
	<u>232.637</u>	<u>(2.153)</u>	<u>230.484</u>

	Consolidado		
	Originalmente Apresentado 01/01/2012	Efeito da adoção dos novos IFRS/CPC	Reapresentado 31/12/2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	468	(129)	360
Empréstimos e financiamento	1.187	(1.187)	
Salários, férias e encargos a pagar	3.865	(270)	3.595
Obrigações tributárias	218	(185)	33
Outras contas a pagar	149	(136)	13
	<u>5.887</u>	<u>(1.907)</u>	<u>4.001</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamento	246	(246)	-
Patrimônio líquido			
Capital social	243.283	-	243.283
Reserva de Capital	1.268	-	1.268
Prejuízo acumulado	(26.991)	-	(27.012)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	4.704	-	4.704
Ajustes acumulados de conversão	4.240	-	4.240
	<u>226.504</u>	<u>-</u>	<u>226.483</u>
	<u>232.637</u>	<u>(2.153)</u>	<u>230.484</u>

	Consolidado		
	Originalmente Apresentado 2012	Efeito da adoção dos novos IFRS/CPC	Reapresentado 2012
Receita Líquida de Serviço	4.175	(4.175)	-
Custo de Operação	(2.435)	2.435	-
Lucro Bruto	1.740	(1.740)	-
Receitas (despesas) operacionais			
Salários e encargos	(11.378)	719	(10.659)
Gerais e administrativas	(3.581)	(75)	(3.656)
Serviços profissionais	(5.416)	506	(4.910)
Depreciação e amortização	(681)	314	(367)
Financeiras líquidas	3.363	86	3.449
Resultado de equivalência patrimonial	-	608	608
Outras receitas (despesas)	418	(418)	-
Prejuízo do exercício	(15.535)	-	(15.535)

	Consolidado		
	Originalmente Apresentado 2012	Efeito da adoção dos novos IFRS/CPC	Reapresentado 2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(15.535)	-	(15.535)
Ajustes por:			
Provisões	3.386	-	3.386
Depreciação e amortização	681	(314)	367
Valor residual do ativo permanente baixado	1.305	-	1.305
Equivalência patrimonial	-	(608)	(608)
Plano de opções de ações efetuadas com títulos patrimoniais	833	-	833
	(9.330)	(922)	(10.252)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / redução nos ativos em			
Clientes	(57)	57	-
Aplicações financeiras	17	-	17
Estoques	85	(85)	-
Impostos a recuperar	(1.626)	325	(1.301)
Impostos a diferidos	(282)	282	-
Adiantamentos a fornecedores	(31.085)	48	(31.037)
Outros créditos	(242)	515	273
Aumento / (redução) nos passivos em			
Fornecedores	(971)	7	(964)
Salários, férias e encargos a pagar	(958)	(152)	(1.110)
Obrigações tributárias	118	(185)	(67)
Outras contas a pagar	28	(236)	(208)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(44.303)	(346)	(44.649)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de imobilizado	(22.790)	2.743	(20.047)
Aumento de intangível	(3.671)	2	(3.669)
Aquisição de Participação Societária	(4.817)	4.817	-
Investimento em empresas controladas	-	(9.303)	(9.303)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.278)	(1.741)	(33.019)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aporte de capital de acionistas	135.718	-	135.718
Financiamentos	(422)	422	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	135.296	422	135.718
Efeito da variação cambial de conversão de moeda estrangeira	4.137	-	4.137
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	63.852	(1.665)	62.187
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	54.726	-	54.726
No fim do exercício	118.578	-	116.913
	63.852	-	62.187

	Consolidado		
	Originalmente Apresentado 2012	Efeito da adoção dos novos IFRS/CPC	Reapresentado 2012
Receitas			
Receita de Serviços	4.175	(4.175)	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	(2.435)	2.435	-
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	(9.037)	471	(8.566)
Valor adicionado bruto	(7.297)	(1.269)	(8.566)
Depreciação, amortização e exaustão	(681)	314	(367)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	(7.978)	(955)	(8.933)
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	-	608	608
Receitas financeiras	3.363	86	3.449
Outras receitas	458	(458)	-
Valor adicionado total a distribuir	(4.157)	(719)	(4.876)
Distribuição do valor adicionado	(4.157)	(719)	(4.876)
Pessoal	9.964	(719)	9.245
Remuneração direta	9.035	(719)	8.316
Benefícios	625	-	625
FGTS	93	-	93
Outros	211	-	211
Tributos	1.414	-	1.414
Federais	1.414	-	1.414
Remuneração de Capitais Próprios	(15.535)	-	(15.535)
Prejuízo do Exercício	(15.535)	-	(15.535)

Demonstração do resultado abrangente

Não houve efeitos da aplicação dos novos pronunciamentos na demonstração do resultado abrangente.

Em adição, foram efetuados os seguintes ajustes e reclassificações nos saldos do balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2012:

<u>Balanço Patrimonial - Individual</u>	<u>Saldo de 31/12/2012 originalmente apresentado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo de 31/12/2012 reapresentado</u>
Investimentos - Ativos	170.571	8.123	178.694
Intangível - Ativos	8.290	(8.123)	167
Fornecedores - Passivos	331	21	352
Lucros/Prejuízos acumulados	(26.991)	(21)	(27.012)

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativos, passivos, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- Eliminação dos ganhos ou das perdas registrados por equivalência patrimonial das controladas contra o investimento na proporção de participação da controladora.
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) e as seguintes empresas investidas diretas, indiretas e controladas em conjunto:

	<u>Participação em %</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Controladas Diretas</u>		
Hidroviás Del Sur S.A.	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A	100%	100%
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda	99%	99%
Baloto S.A. (*)	100%	100%
Cobifox S.A. (**)	-	100%
<u>Controladas Indiretas</u>		
Girocantex S.A.	100%	100%
Girocantex S.A. - Filial Paraguay (***)	100%	-
Hidroviás del Paraguay S.A.	100%	100%
Pricolpar S.A.	100%	100%
Cikelsol S.A. (****)	100%	-
<u>Controladas em Conjunto</u>		
Obrinel S.A.	49%	49%
Limday S.A	45%	45%

(*) 11,48 % de participação direta e 88,52% de participação indireta.

(**) Empresa encerrada em 23 de dezembro de 2013, sem operação.

(***) Empresa constituída em 23 de agosto de 2013, pela controlada indireta Girocantex S.A. com um capital social de R\$24 (U\$10).

(****) Empresa adquirida de terceiros em 21 de junho de 2013 pela controlada indireta Hidrovias Del Sur., por R\$8 (U\$4), não tendo sido gerado ágio na transação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	1.838	1.382	69.919	44.178
Títulos de renda fixa CDB (a)	13.151	47.222	13.151	47.222
Aplicações Financeiras (b)	-	-	-	25.513
Total	14.989	48.604	83.070	116.913

(a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a investimentos em títulos de renda fixa - Certificado de Depósito Bancário (CDB), atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remunerados a taxas que variam de 101,5% e 101,7% do CDI (100,3% a 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012), são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo feitas em investimentos de baixo risco.

(b) As aplicações financeiras de curto prazo de 2012 referiam-se a investimentos em “cash deposit” Londres de renda fixa remunerados a taxa de 0,15% a 0,25% ao ano, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estavam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo feitas em investimentos de baixo risco.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fundo Itaú PP Portifólio	43.907	-	43.907	-
Total	43.907	-	43.907	-

Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portifólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com expectativa de remuneração a taxa de até 105%.

6. GARANTIAS DEPÓSITO CAUÇÃO

Em 1º de agosto de 2013, a Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. e a Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A., controladas diretas da Companhia realizaram o depósito caução nos termos e condições das Garantias de Proposta emitidas pela Caixa Econômica Federal do Brasil, em favor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no valor total de R\$6.966 remunerado a “TR” (Taxa Referencial), para garantir o cumprimento das obrigações contraídas nos termos dos Anúncios Públicos nº 006/2013 e nº 013/2013, para obtenção de autorização para construção e exploração de instalações portuárias nas Cidades de Barcarena e de Itaituba respectivamente, ambas no Estado do Pará. A ANTAQ irá liberar os recursos do depósito caução assim que os requisitos para a execução de construção forem aprovados.

Em 17 de dezembro de 2013, as controladas diretas assinaram o Contrato de Prestação de Fiança com o Banco ABC Brasil S.A. no valor total de R\$13.910 em favor da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP, a fim de apresentar as Garantias de Execução no âmbito do processo de autorização para construção e exploração do Terminal de Uso Privado – (“TUP”) e da Estação de Transbordo de Cargas – (“ETC”), nos termos exigidos nos Anúncios Públicos nº 006/2013 e 013/2013, respectivamente, divulgados pela ANTAQ e (b) duas Notas Promissória em favor do Banco ABC Brasil S.A. como garantias dos referidos contratos.

Em 09 de outubro de 2013 a Hidrovias do Brasil S.A. realizou um depósito caução nos termos e condições do PFSCGA (Project Funds Support and Corporate Guarantee Agreement) assinado em 24 de Junho de 2013 entre a Hidrovias do Brasil S.A. e as subsidiárias diretas da Companhia, Girocantex S.A. e Hidrovias del Paraguay S.A. junto ao IDB (Inter-American Development Bank), IFC (International Finance Corporation) e Santander. Foi depositado em conta caução (escrow account) o valor de R\$53.880 (US\$23.000 vinte e três milhões de dólares), que deverá ser liberado após a comprovação de performance dos ativos de navegação do projeto da Vale, que é confirmada através da constatação de seis viagens percorridas por cada comboio e outras condições de liberação.

7. INVESTIMENTOS

Nenhuma das controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O direito de concessão da Baloto S.A., de R\$9.312, registrado como investimento na controladora, está fundamentado em estudos desenvolvidos pela Companhia sobre a rentabilidade futura das operações nas quais a Baloto S.A. possui investimentos e suportam a contabilização do direito de concessão. O direito de concessão será amortizado em 20 anos, correspondente ao período do direito de exploração, a partir da entrada em operação das controladas.

Em 26 de dezembro de 2013, a participação societária da Hidroviás do Brasil em Baloto S.A. foi diluída, passando o investimento para 11,48% pela Hidroviás do Brasil e 88,52% pela Hidroviás del Sur.

A Hidroviás del Sur S.A., nesta mesma data, aumentou o capital social de Baloto S.A. em R\$20.310 (U\$8.640). Essa operação não gerou efeitos nas demonstrações financeiras.

Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Participações societária permanente avaliadas por equivalência patrimonial	392.422	178.694	30.423	9.911
Total	392.422	178.694	30.423	9.911

O saldo do consolidado refere-se à Limday S.A. - R\$9.588 (R\$7.578 em 31 de dezembro de 2012) e à Obrinel S.A. - R\$20.835 (R\$2.333 em 31 de dezembro de 2012), registrados por equivalência patrimonial, conforme o CPC 19 (R2) e a IFRS 11.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012					31/12/2013		
	Saldo Inicial dos Investimentos	Aumento de Capital	Ganho/Perda Investimento	Ajuste de avaliação patrimonial		Resultado de Equiv. Patrimonial	Resultado de Conversão de Moeda	Saldo Final dos Investimentos
Baloto S.A.	9.369	-	1.864	-	(708)	1.181	11.706	
Hidroviás Del Sur S.A.	129.589	158.624	(1.864)	(2.006)	(8.553)	34.845	310.635	
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	24.931	29.555	-	-	(2.517)	-	51.969	
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	8.749	236	-	-	(265)	-	8.720	
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A.	5.698	2.887	-	-	(515)	-	8.070	
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda	322	1.114	-	-	(114)	-	1.322	
Cobifox S.A.	38	-	(29)	-	(9)	-	-	
Hidroviás del Paraguai S.A.	(2)	-	-	-	-	2	-	
Total	178.694	192.416	(29)	(2.006)	(12.681)	36.028	392.422	

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	31/12/2012						
	Saldo Inicial dos Investimentos	Investimento Adquirido	Aumento de Capital	Perda Investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de Equiv. Patrimonial	Resultado de Conversão de Moeda	Saldo Final dos Investimentos
Baloto S.A.	8.991	-	481	-	-	(400)	297	9.369
Hidroviás Del Sur S.A.	(145)	-	124.335	-	4.704	(3.248)	3.943	129.589
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	21.468	-	4.024	-	-	(561)	-	24.931
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	8.625	-	309	-	-	(185)	-	8.749
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A.	4.880	-	1.026	-	-	(208)	-	5.698
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda	-	-	440	-	-	(118)	-	322
Cobifox S.A.	-	64	47	(8)	-	(65)	-	38
Global Tudery	-	-	2	-	-	(4)	-	(2)
Total	43.819	64	130.664	(8)	4.704	(4.789)	4.240	178.694

A movimentação dos investimentos das controladas indiretas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2013							
	Saldo Inicial dos Investimentos	Investimento Adquirido	Aumento de Capital	Pagamento Dividendo	Ganho/Perda Investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de Equiv. Patrimonial	Resultado de Conversão de Moeda	Saldo Final dos Investimentos
Baloto S.A.	-	-	20.311	-	(1.863)	-	-	-	18.448
Linday S.A	7.578	-	-	(907)	-	-	1.698	1.219	9.588
Obrinel S.A	2.333	-	18.670	-	-	-	(661)	498	20.840
Girocantex S.A	88.837	-	128.190	-	-	(2.006)	(3.773)	24.777	236.025
Cobifox S.A	89	-	-	-	(69)	-	(20)	-	-
Hidroviás Del Paraguay S.A	37	-	881	-	-	-	(2.444)	40	(1.486)
Pricolpar S.A	-	-	7.843	-	-	-	(1.244)	1.938	8.537
Cikelsol S.A.	-	23	79.029	-	-	-	(43)	4.618	83.627
Total	98.874	23	254.924	(907)	(1.932)	(2.006)	(6.487)	33.090	375.579

As principais informações sobre a participação no patrimônio líquido nas empresas investidas são apresentadas da seguinte maneira:

Empresas	31/12/2013					
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido (Passivo Descoberto)	(Prejuízo)/ Lucro das investidas no exercício	Receitas Líquidas
Controladas Diretas						
Hidroviás Del Sur S.A.	2.828.608.315	370.262	59.627	310.635	(8.553)	-
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	25.000.000	58.150	6.181	51.969	(2.517)	-
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	20.000.000	8.743	23	8.720	(265)	-
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A.	16.000.000	9.108	1.038	8.070	(515)	-
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda	500.000	1.734	412	1.322	(114)	-
Controladas Indiretas e em Conjunto						
Limday S.A.	96.302.000	23.060	1.753	21.307	3.774	13.727
Obrinel S.A.	423.323.815	43.635	1.104	42.531	(661)	-
Baloto S.A.	208.927.039	20.841	1	20.840	(708)	-
Girocantex S.A.	2.422.140.009	382.894	146.869	236.025	(3.773)	-
Hidroviás Del Paraguay S.A.	450.000	5.496	6.982	(1.486)	(2.444)	-
Pricolpar S.A.	225.000	8.897	359	8.538	(1.244)	3.088
Cikelsol S.A.	800.000	84.506	879	83.627	(43)	-

31/12/2012						
Empresas	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido (Passivo Descoberto)	(Prejuízo)/ Lucro das investidas no exercício	Receitas Líquidas
Controladas Diretas						
Baloto S.A	22.804.389	2.694	1.448	1.246	(708)	-
Hidroviás Del Sur S.A.	1.299.553.464	131.727	2.138	129.589	(3.248)	-
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A	25.000.000	25.045	114	24.931	(561)	-
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A	20.000.000	8.754	5	8.749	(185)	-
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A	16.000.000	5.732	34	5.698	(208)	-
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda	495.000	325	3	322	(118)	-
Controladas Indiretas e em Conjunto						
Limday S.A	96.301.300	21.353	4.513	16.840	2.104	11.166
Obrinel S.A	69.476.542	5.471	710	4.761	(692)	-
Girocantex S.A	882.449.849	88.837	-	88.837	(1.950)	-
Hidroviás Del Paraguay S.A	1.100	38	1	37	(79)	-
Cobifox. S.A	100	122	1	121	(118)	-

8. IMOBILIZADO

Movimentação do imobilizado 31 de dezembro de 2013

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012	Adição	Reclassificações	31/12/2013	31/12/2012	Adição	Baixa	Conversão de Moeda 31/12/2013
Terrenos	-	-	-	-	28.844	6.127	-	34.971
Instalações	58	-	(17)	41	60	-	(17)	43
Máquinas e equipamentos	47	23	-	70	66	24	-	90
Móveis e utensílios	140	2	-	142	159	452	-	611
Veículos	-	-	-	-	167	9	-	176
Benfeitorias em imóveis de terceiros	548	58	-	606	552	410	-	962
Equipamentos eletrônicos e de informática	234	216	17	467	237	453	17	707
Empurradores e Barcaças	-	-	-	-	2.739	78.966	-	81.723
Em Curso								
Empurradores e Barcaças	-	-	-	-	6.230	315.729	-	321.959
Transporte	-	-	-	-	940	2.144	-	3.084
Licença Ambiental	-	-	-	-	640	5.542	-	6.182
Projetos de Engenharia	-	-	-	-	2.810	9.279	-	12.089
Consultoria	-	-	-	-	4.154	10.876	-	15.030
Mão de Obra	-	-	-	-	-	634	-	634
Total Custo	1.027	299	-	1.326	47.598	430.645	-	478.261

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012	Adição	Reclassificações	31/12/2013	31/12/2012	Adição	Baixa	Conversão de Moeda 31/12/2013
Instalações	10%	(10)	(2)	-	(12)	(10)	(2)	(12)
Máquinas e equipamentos	10%	(2)	(6)	-	(8)	(5)	(10)	(15)
Móveis e utensílios	10%	(22)	(15)	-	(37)	(22)	(28)	(50)
Veículos	10%	-	-	-	(15)	(27)	-	(42)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	(57)	(209)	-	(266)	(58)	(211)	(269)
Equipamentos eletrônicos e de informática	20%	(47)	(74)	-	(121)	(49)	(77)	(126)
Empurradores e Barcaças	6,67	-	-	-	(238)	(658)	-	(896)
Total Depreciação		(138)	(306)	-	(444)	(397)	(1.013)	(1.410)
Imobilizado Líquido		889	(7)	882	47.201	429.632	-	476.851

O imobilizado em curso refere-se a projetos de portos e ativos de navegação no Brasil e no Uruguai, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram capitalizados R\$343 referentes a encargos financeiros.

Não existia em 31 de dezembro de 2013 nenhum ativo com indicação de não recuperação.

Movimentação do imobilizado 31 de dezembro de 2012

Descrição	Controladora				Consolidado					
	31/12/2011	Adição	Baixa	31/12/2012	31/12/2011	Adição	Baixa	Aquisição Participação Societária	Adição por Mais Valia de Ativo	31/12/2012
	Custo			Custo	Custo					Custo
Terrenos	-	-	-	-	28.023	821	-	-	-	28.844
Instalações	52	6	-	58	52	8	-	-	-	60
Máquinas e equipamentos	4	43	-	47	4	62	-	-	-	66
Móveis e utensílios	125	15	-	140	131	28	-	-	-	159
Veículos	-	-	-	-	10	157	-	-	-	167
Benfeitorias em imóveis de terceiros	151	397	-	548	151	401	-	-	-	552
Equipamentos de telefonia	8	3	-	11	8	3	-	-	-	11
Equipamentos eletrônicos e de informática	107	116	-	223	110	116	-	-	-	226
Návios e Barcaças	-	-	-	-	-	(9)	-	(7)	2.755	2.739
Em Curso										
Licença Ambiental	-	-	-	-	-	640	-	-	-	640
Projetos de Engenharia	-	401	(401)	-	-	3.211	(401)	-	-	2.810
Consultoria	-	-	-	-	-	11.534	(210)	-	-	11.324
Total Custo	447	981	(401)	1.027	28.489	16.972	(611)	(7)	2.755	47.598

Descrição	Controladora				Consolidado					
	31/12/2011	Adição	Baixa	31/12/2012	31/12/2011	Adição	Baixa	Aquisição Participação Societária	Adição por Mais Valia de Ativo	31/12/2012
	Depreciação			Depreciação	Depreciação					Depreciação
Instalações	(4)	(6)	-	(10)	(4)	(6)	-	-	-	(10)
Máquinas e equipamentos	-	(2)	-	(2)	-	(5)	-	-	-	(5)
Móveis e utensílios	(9)	(13)	-	(22)	(9)	(13)	-	-	-	(22)
Veículos	-	-	-	-	(1)	(14)	-	-	-	(15)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(25)	(32)	-	(57)	(25)	(33)	-	-	-	(58)
Equipamentos eletrônicos e de informática	(17)	(30)	-	(47)	(19)	(30)	-	-	-	(49)
Návios e Barcaças	-	-	-	-	-	-	-	-	(238)	(238)
Total Depreciação	(55)	(83)	-	(138)	(58)	(101)	-	-	(238)	(397)
Imobilizado Líquido	392	898	(401)	889	28.431	16.871	(611)	(7)	2.517	47.201

9. INTANGÍVEL

Movimentação do intangível 31 de dezembro de 2013

Descrição	Taxa Anual de Amortização %	Controladora			Consolidado			
		31/12/2012	Adição	31/12/2013	31/12/2012	Adição	Ajuste de Conversão	31/12/2013
Ágio		-	-	-	3.551	-	804	4.355
Direito de Concessão	(*)				8.123	-	1.189	9.312
Softwares e programas para computadores	20%	189	485	674	189	547	-	736
Projeto SAP	20%	-	8.144	8.144	-	8.144	-	8.144
(-) Amortização acumulada	-	(22)	(39)	(61)	(22)	(349)	-	(371)
Total		167	8.590	8.757	11.841	8.342	1.993	22.176

Movimentação do intangível 31 de dezembro de 2012

		Controladora			Consolidado			
		31/12/2011	Adição	31/12/2012	31/12/2011	Adição	Baixa	31/12/2012
Descrição	Taxa Anual de Amortização %							
<i>Itens não amortizados</i>								
Ágio		-	-	-	-	3.551	-	3.551
Direito de Concessão	(*)				8.123			8.123
Softwares e programas para computadores	20%	69	120	189	70	119	-	189
(-) Amortização acumulada	-	(12)	(10)	(22)	(13)	(9)	-	(22)
Projeto	-	-	-	-	204	-	(204)	-
Total		57	110	167	8.384	3.661	(204)	11.841

(*) A amortização será efetuada em 20 anos (período de exploração) a partir do início da operação.

Ágio e direito de concessão na aquisição de participações

O ágio e o direito de concessão foram gerados na aquisição de 100% das ações representativas do capital social da Baloto S.A. e na aquisição de 45% das ações representativas do capital social da Limday S.A. O direito de concessão da Baloto S.A. (R\$9.312) e o ágio da Limday S.A. (R\$4.071) estão fundamentados em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações nas quais elas possuem investimento e suporta a respectiva contabilização.

O direito de concessão gerado na aquisição de Baloto está sendo registrado na mesma moeda funcional da controlada indireta no exterior. Os efeitos da variação cambial, entre a moeda funcional da Companhia e a Baloto, são contabilizados no patrimônio líquido como parte do investimento na Baloto em conta de outros resultados abrangentes - efeitos de conversão de controladas no exterior.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado						
	31/12/2013						
	Encargos Circulantes	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	Remuneração Anual	Condições de amortização	Garantias
Mensurado ao custo							
Moeda Estrangeira							
Hidroviás Del Sur S.A							
Banco Pine (a)	368	23.422	-	23.790	4,89%	Parcela única em 12/03/2014	Aval Hidroviás do Brasil/ Nota Promissória
Banco ABC (b)	556	35.134	-	35.690	4,85%	Parcela única em 3/09/2014	Aval Hidroviás do Brasil/ Nota Promissória
Girocantex S.A e Hidroviás Del Paraguai S.A							
Inter American Development Bank - IDB (c)	807	-	60.379	61.186	4,3% e 4,5% + Libor	a partir de novembro de 2016	Aval Hidroviás do Brasil/ Depósito Garantia
International Finance Corporation - IFC (c)	807	-	60.379	61.186	4,3% e 4,5% + Libor	a partir de novembro de 2016	Aval Hidroviás do Brasil/ Depósito Garantia
Banco Santander (c)	265	-	17.416	17.681	4,3% + Libor	a partir de novembro de 2016	Aval Hidroviás do Brasil/ Depósito Garantia
Total	2.803	58.556	138.174	199.533			

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

a) Em 11 de setembro de 2013, a controlada direta Hidroviás del Sur contratou financiamento em moeda

estrangeira no montante total de R\$23.422 (U\$10.000). Os juros e o principal serão pagos integralmente na data base de 12 de março de 2014.

- b) Em 2 de setembro de 2013 a subsidiária direta Hidroviás del Sur contratou financiamento em moeda estrangeira de R\$35.134 (U\$15.000). Os juros e o principal serão pagos integralmente em 3 de setembro de 2014.
- c) Em 24 de julho de 2013, as controladas indiretas Girocantex S.A e Hidroviás del Paraguay S.A., contrataram financiamento em moeda estrangeira de até U\$238.000, junto às organizações Internacional Finance Corporation IFC, Inter-American Development Bank – IDB e Banco Santander, com o objetivo de financiar a construção de 8 empurradores e 144 barcas para o contrato de transporte fluvial de minério de ferro com a Vale. Em 15 de outubro de 2013 as controladas indiretas receberam a primeira liberação da captação de R\$147.313 (U\$67.399). Na mesma data houve o pagamento referente ao custo da dívida no de R\$19.345 (U\$8.867).

A taxa efetiva de juros das transações está demonstrada a seguir:

Dívida	Valor Nominal	Custo da Dívida	Valor Líquido	Taxa de Juros	TIR
Inter American Development Bank - IDB	45.752	(6.008)	39.744	4,5% +Libor	5,16%
Inter American Development Bank - IDB	18.603	(2.443)	16.160	4,3% +Libor	5,19%
International Finance Corporation - IFC	45.752	(6.008)	39.744	4,5% +Libor	5,19%
International Finance Corporation - IFC	18.603	(2.443)	16.160	4,3% +Libor	5,15%
Banco Santander	18.603	(2.443)	16.160	4,3% +Libor	5,86%
Total	147.313	(19.345)	127.968		

Alguns financiamentos da Companhia e suas controladas têm cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de juros a vencer.

Os covenants acordados nos contratos firmados com os bancos foram cumpridos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, sendo que o indicador dívida/Equity (contrato 40/60), medido em dólares, totalizou 38%. Na fase operacional da Companhia, prevista para iniciar em novembro de 2014, será calculado o indicador de cobertura de serviço da dívida.

Estes mesmos contratos incluem como principais eventos de *default*:

- não pagamento, em tempo hábil, do principal ou juros devidos;
- inexistência de qualquer declaração, garantia ou certificação prestada;
- extrapolação a certos períodos de cura em caso de violação de obrigações previstas nos contratos;
- ocorrência de certos eventos de falência ou insolvência da Companhia ou de suas controladas.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários a pagar	-	70	-	70
Provisão para Gratificações	3.463	2.944	3.463	2.944
Provisão para férias, 13º salário e encargos	657	227	883	270
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	250	154	250	154
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	270	123	270	123
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	78	33	78	33
Outros	1	1	1	1
Total	4.719	3.552	4.945	3.595

12. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma ação/processo em curso.

13. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$524.886 (R\$243.283 em 31 de dezembro de 2012), representado por 404.164.924 (219.974.359 em 31 de dezembro de 2012) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 está detalhada a seguir:

Acionistas	31/12/2013		31/12/2012	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
P2 Brasil Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participação	231.704.918	57,33%	119.985.015	54,55%
Sheares Investmensts B.V.	96.543.851	23,89%	49.994.672	22,73%
1505718 Alberta LTD	54.638.333	13,52%	34.771.687	15,81%
1505722 Alberta LTD	21.277.822	5,26%	15.222.985	6,92%
	404.164.924	100,0%	219.974.359	100,0%

Integralização de Capital

Em 27 de agosto de 2013, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a recomendação aos acionistas da Companhia, que deliberem, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, sobre o aumento de capital da Companhia, nos termos do Subscription Agreement, no que se refere ao Additional Investment (conforme definido no Subscription Agreement), no montante em reais equivalente à US\$146.000.000 (cento e quarenta e seis milhões de dólares norte-americanos), por meio de 2 (duas) ou mais tranches, sendo a primeira mediante aumento do capital social no valor em reais equivalente à US\$50.000 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ("Primeira Tranche do Additional Investment"), e a(s) tranche(s) relativa(s) à parcela remanescente, no valor total em reais equivalentes à US\$96.000 (noventa e seis milhões

de dólares norte-americanos). As condições para a realização do aumento de capital serão definidas pela Assembleia Geral Extraordinária, seguindo os parâmetros do Subscription Agreement. No que se refere ao aumento de capital da Primeira Tranche do Additional Investment, o preço por ação, ad referendum da Assembleia Geral Extraordinária, sugerido é o equivalente em reais a US\$0,712920 (zero vírgula sete, um, dois, nove, dois, zero centésimos de dólares norte-americanos).

Em 4 de outubro de 2013, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, atualmente de R\$414.278 dividido em 334.030.827 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, para R\$491.925, dividido em 383.537.228 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, mediante o aumento de capital no montante de R\$77.647 e a emissão de 49.506.401 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, em tudo iguais às atualmente existentes. As ações ora emitidas foram integralmente subscritas pelo acionista P2 Brasil Infraestrutura – Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, organizado e existente sob as leis do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452- 001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.512.690/0001-84, nesta data, com o consentimento de todos os atuais acionistas da Companhia, que abriram mão do exercício e cederam seus correspondentes direitos de preferência na subscrição, nos termos do Boletim de Subscrição. As ações ora emitidas e subscritas foram integralizadas pelo acionista em moeda corrente nacional em 07 de outubro de 2013.

Em 01 de novembro de 2013, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, atualmente de R\$491.925, dividido em 383.537.228 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, para R\$524.866, dividido em 404.164.924 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, mediante o aumento de capital no montante de R\$32.941 e a emissão de 20.627.696 novas ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, em tudo iguais às atualmente existentes. As ações ora emitidas foram integralmente subscritas pela Sheares Investments B.V., sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Holanda, com sede em Jan Luijkenstraat 12, 1071CM, na Cidade de Amsterdam, Holanda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.364.849/0001-06, em 04 de novembro de 2013, com o consentimento de todos os atuais acionistas da Companhia, que abriram mão do exercício e cederam seus correspondentes direitos de preferência na subscrição, nos termos do Boletim de Subscrição. As ações ora emitidas e subscritas foram integralizadas pelo acionista em moeda corrente nacional em 07 de novembro de 2013.

Reserva legal - Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social.

Dividendos - Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, tem a destinação determinada pela Assembleia Geral, que poderá, por proposta da Administração: (i) deliberar reter parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (ii) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, nos termos do Artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia poderá pagar juros sobre capital próprio, imputando-os ao dividendo obrigatório.

Reservas estatutárias - Adicionalmente as reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros:

Reserva para Investimentos - Compreende os recursos que serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e a expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% do capital social.

Reserva de Capital de Giro - Compreende os recursos que serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% do capital social.

14. PREJUÍZO POR AÇÃO

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nos exercícios, conforme quadro a seguir:

	2013	2012
Resultado do período	(28.963)	(15.535)
Média ponderada de ações	307.738	173.510
Prejuízo por lote de mil ações no exercício	<u>(0,0941)</u>	<u>(0,0895)</u>

Pelo fato de a Companhia apresentar prejuízos nos exercícios apresentados, não existe efeito de diluição, apesar de o Plano de Opções de Ações ser um instrumento potencialmente conversível em ações.

15. PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2013, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$2.815, sendo referente a salários e benefícios variáveis.

O montante global anual de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2013, aprovado pelos acionistas da Companhia, é de R\$4.620.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa

		Controladora	
		Ativo	
	Natureza	31/12/2013	31/12/2012
Outros créditos - Circulante			
Girocantex S.A. (a)	Controlada indireta	2.998	6
Outros créditos - Não circulante			
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A. (a) e (c)	Controlada direta	5.000	114
Hidroviás do Brasil - Miritituba S.A. (c)	Controlada direta	-	5
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A. (c)	Controlada direta	-	34
Hidroviás do Brasil - Navegação Norte Ltda (c)	Controlada direta	-	3
		7.998	162

		Controladora	
		Despesas	
		2013	2012
Projetos de Engenharia			
Promon Engenharia S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.251	949
Suporte Técnico			
PTLS Serviços de Tecnologia e Assistência Técnica Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	164	86
Promonlogicalis Tecnologia e Participações Ltda (d)	Outras partes relacionadas	99	10
		1.514	1.045

- (a) Refere-se a despesas do projeto Vale com a controlada indireta Girocantex, contratadas no Brasil. Esse montante será recebido no início das operação das operações de Girocantex em 2014.
- (b) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) com a controlada direta Hidroviás Vila do Conde S.A. decorrente do provisionamento de custos com imobilizado em andamento. Esse valor deverá ser capitalizado durante o ano de 2014.
- (c) Refere-se a consultoria para o desenvolvimento de projetos de engenharia, referente a construção dos portões no corredor Norte.
- (d) Refere-se a contrato de suporte especializado na área de TI, para atendimentos à infraestrutura e aos colaboradores alocados na controladora.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas informações financeiras da Companhia e de suas controladas, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Derivativos	-	-	6.439	4.704
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	14.989	48.604	83.070	116.913
Títulos e Valores Mobiliários	43.907	-	43.907	-
Garantia Depósito Caução	53.880	-	53.880	-
Outros Créditos	3.316	504	6.070	7.263
Passivos				
Passivo pelo custo amortizado				
Financiamento e empréstimos	-	-	199.533	-
Derivativos	-	-	3.741	-
Fornecedores	5.343	352	8.704	360

16.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas, com exceção dos derivativos, são classificados como empréstimos e recebíveis e passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado, conforme divulgadas nas notas explicativas 4, 5 e 10. Os empréstimos e financiamentos foram substancialmente captados no 2º semestre de 2013. Em função desses fatos, os valores justos desses instrumentos financeiros se aproximam dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2013.

16.3 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos derivativos contratados enquadram-se no nível 2, conforme definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

16.4 Instrumentos financeiros derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Diretoria, somente para proteção de risco cambial e de taxa de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, uma vez que os derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida.

Derivativos designados para “hedge accounting”

A composição dos derivativos designados para contabilização de “hedge” de fluxo de caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda, e seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo de caixa dos desembolsos para o pagamento do contrato com fornecedor estrangeiro para construção de empuradores, conforme demonstrado a seguir:

<u>Compra</u>	<u>Venda</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Notional (EUR)</u>	<u>Strike Médio</u>	<u>MTM</u>
EUR	Dólar	06/01/2014	2.558.025	1,2916	513
Euro	Dólar	07/01/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	23/01/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	10/02/2014	2.392.500	1,2916	480
Euro	Dólar	14/02/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	18/02/2014	1.435.500	1,2916	288
Euro	Dólar	05/03/2014	2.558.025	1,2916	513
Euro	Dólar	25/03/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	27/03/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	16/04/2014	1.435.500	1,2916	288
Euro	Dólar	05/05/2014	2.558.025	1,2916	513
Euro	Dólar	21/05/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	27/05/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	03/07/2014	2.558.025	1,2916	513
Euro	Dólar	23/07/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	25/07/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	04/09/2014	2.558.025	1,2916	513
Euro	Dólar	25/09/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	10/11/2014	2.558.025	1,2916	513
Euro	Dólar	26/11/2014	957.000	1,2916	192
Euro	Dólar	27/01/2015	957.000	1,2916	192
Total					6.439

Em 31 de dezembro de 2013, como resultado dessa operação, a Companhia e suas controladas apuraram um resultado de R\$6.439 (R\$6.247 registrados no circulante e R\$192 no não circulante) em contrapartida no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” (R\$4.704 em 31 de dezembro de 2012, sendo R\$3.019 registrados no circulante e R\$1.685 no não circulante).

Derivativos designados para “swap”

Os instrumentos de proteção contratados para as dívidas dos bancos IFC, IDB e Santander, são swaps de taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem ou de especulação, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Negociação	Vencimento	Notional	Índice	Taxa
09/10/2013	15/05/2014	52.723	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2014	52.723	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2015	52.723	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2015	52.723	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2016	52.723	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2016	178.038	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2017	170.243	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2017	162.448	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2018	154.653	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2018	146.859	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2019	139.064	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2019	130.932	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2020	122.801	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2020	113.563	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2021	104.324	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2021	95.086	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2022	85.847	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2022	76.272	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2023	66.697	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2023	56.015	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2024	45.332	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2024	34.650	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2025	23.968	Libor	3,45%
09/10/2013	15/11/2025	13.285	Libor	3,45%
09/10/2013	15/05/2026	6.643	Libor	3,45%

	31/12/2013
Sumitomo Mitsui Banking Corp. NY	656
Banco Santander	2.237
Banco Itaú BBA S.A.NassauBranch	848
Total	3.741

16.5 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Alta Administração, que atua ativamente na gestão operacional.

A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de taxas de câmbio.
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um desses riscos, os objetivos, as práticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por aplicações financeiras.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	14.989	48.604	83.070	116.913
Titulos e Valores Mobiliários (nota explicativa 5)	43.907	-	43.907	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	324	31.037
Total	58.896	48.604	127.301	147.950

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

		Consolidado			
		Taxa de Juros (média ponderada) efetiva %a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses
31/12/2013					37 meses em diante
Garantia Depósito Caução (nota 6)	-	6.966	53.880	-	-
Fornecedores	-	8.704	-	-	-
Empréstimo e Financiamento (nota 10)	4,64%	61.359	-	13.817	124.357
Total			77.029	53.880	13.817
					124.357

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas.

A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela Administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo nem possam eventualmente gerar algum risco adicional àqueles inerentes aos propósitos a que originalmente se propõem.

Risco de taxa juros

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4)	83.070	116.913
Titulos e Valores Mobiliários (nota explicativa nº5)	43.907	-
Empréstimo e Financiamento (nota explicativa nº10)	199.533	-
Swap (nota explicativa nº16)	3.741	-
Total	126.977	116.913

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimento aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2013, foram definidos cinco cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, foi extraída a posição do indexador CDI para um ano, sendo este definido como cenário provável e a partir dele foram calculadas variações de 25% e 50%.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Instrumentos Financeiros (nota explicativa nº 4, 5 e 6)	Total	Baixa		Provável	Alta	
		25%	50%	10,25%	25%	50%
Titulos de renda fixa (CDB)	13.151	9.863	6.576	14.499	16.439	19.727
Titulos e Valores Mobiliários	43.907	32.930	21.954	48.407	54.884	65.861
Garantia Depósito Caução	60.846	45.635	30.423	67.083	76.058	91.269
Total	117.904	88.428	58.953	129.989	147.381	176.857

Variação cambial

Para verificar a sensibilidade da exposição cambial líquida as quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. O cenário provável foi extraído através da taxa de juros fixa de casa contrato de empréstimo e os cenários de 25% e 50%, conforme requerido na Instrução CVM nº 475/08.

Instrumentos financeiros passivos (nota explicativa 10)	Total	Baixa		Provável			Alta	
		25%	50%	4,89%	4,85%	100%	25%	50%
Instrumento Financeiro Banco Pine	23.790	17.843	11.895	24.953	-	-	29.738	35.685
Instrumento Financeiro Banco ABC	35.690	26.768	17.845	-	37.421	-	44.613	53.535
Instrumento de Hedge Moeda	6.439	4.829	3.220	-	-	6.439	8.049	9.659
Instrumento de Hedge taxa de juros	3.741	2.806	1.871	-	-	3.741	4.676	5.612
Inter American Development Bank - IDE	61.186	45.890	30.593	-	-	61.186	76.483	91.779
International Finance Corporation - IFC	61.186	45.890	30.593	-	-	61.186	76.483	91.779
Banco Santander	17.681	13.261	8.841	-	-	17.681	22.101	26.522
Total	209.713	157.287	104.858	24.953	37.421	150.233	262.143	314.571

16.6 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Total do passivo circulante e não circulante	10.438	3.928	217.976	4.001
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	14.989	48.604	83.070	116.913
Sobra (insuficiência) líquida de caixa	4.551	44.676	(134.906)	112.912
Patrimônio Líquido	513.669	226.483	513.669	226.483

17. PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Programa de 2013

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2013, foi aprovado o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia de 2013 (“Programa de 2013”), nos termos e nas condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 7 de dezembro de 2010 (“Plano”).

O Programa de 2013 tem vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013. A Companhia outorgou no total 1.100.933 opções de compra de ações (“Opções”). Cada opção atribui ao seu titular o direito de subscrição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia (“Ação”), estritamente nos termos e nas condições estabelecidos no Plano, no Programa de 2013 e no contrato com cada um dos participantes.

O preço de exercício de cada Opção do Programa de 2013 será R\$1,412438 (um real e quarenta e um centavos) corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA desde 26 de fevereiro de 2013 até a data do efetivo exercício da Opção pelo Participante, acrescido de 7% ao ano.

As Opções outorgadas nos termos do Programa de 2013 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção. Os prazos para o exercício das Opções, até 31 de março de 2023, são:

- Até 30 de março de 2014, o participante não poderá exercer as Opções.
- A partir de 31 de março de 2014, o participante poderá exercer até 25% das Opções.
- A partir de 31 de março de 2015, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.
- A partir de 31 de março de 2016, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.
- A partir de 31 de março de 2017, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.

Em 31 de dezembro de 2013, foi registrada uma provisão de R\$155 na rubrica “Reserva de capital”, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia referente ao direito das outorgas do Programa de 2012, 2011 e 2010.

Programa de 2012

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Programa de Opção de Compra de Ações de 2012 (“Programa de 2012”), nos termos e nas condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 7 de dezembro de 2010, observados as características e os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Programa de 2012 tem vigência a partir de 25 de maio de 2012. A Companhia outorgou ao participante 1.105.000 opções de compra de ações (“Opções”). Cada opção atribui ao seu titular o direito de subscrição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia (“Ação”), estritamente nos termos e nas condições estabelecidos no Plano, no Programa de 2012 e no Contrato com o participante.

O preço de exercício de cada opção desse Programa de 2012 será R\$1,14 corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA desde 25 de maio de 2012 até a data do efetivo exercício da opção pelo participante mais 7% ao ano.

As opções outorgadas nos termos do Programa de 2012 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Os prazos para o exercício das Opções são:

- Até 25 de maio de 2013, o participante não exercerá as Opções.
- A partir de 26 de maio de 2013, o participante poderá exercer até 25% das Opções.
- A partir de 26 de maio de 2014, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.
- A partir de 26 de maio de 2015, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.
- A partir de 26 de maio de 2016, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram a inclusão de um novo participante no Programa de Opção de Compra de Ações de 2012 (“Programa de 2012”), nos termos e nas condições da outorga anual de opções de compra de ações do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 7 de dezembro de 2010, observadas as características e os limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano tem vigência a partir de 10 de maio de 2012. A Companhia outorga ao participante 400.000 opções de compra de ações (“Opções”). Cada opção atribui ao seu titular o direito de subscrição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia (“Ação”), estritamente nos termos e nas condições estabelecidos no Plano, no Programa de 2012 e no Contrato com o participante.

O preço de exercício de cada opção desse programa de 2012 será R\$1,28 corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA desde 10 de agosto de 2012 até a data do efetivo exercício da opção pelo participante mais 7% ao ano.

As opções outorgadas nos termos do Programa de 2012 podem ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os prazos de carência e os demais termos e condições previstos nos respectivos contratos de opção.

Os prazos para o exercício das Opções são:

- Até 10 de agosto de 2013, o participante não exercerá as Opções.
- A partir de 11 de agosto de 2013, o participante poderá exercer até 25% das Opções.
- A partir de 11 de agosto de 2014, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.
- A partir de 11 de agosto de 2015, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.
- A partir de 11 de agosto de 2015, o participante poderá exercer até 25% das Opções, mais eventual sobre não exercida no período antecedente.

Até 31 de dezembro de 2012, as opções outorgadas (1.505.000) representavam 0,69% das ações subscritas de emissão da Companhia na mesma data.

Em 31 de dezembro de 2013, foi registrada uma provisão adicional de R\$155, totalizando R\$988, na rubrica “Reserva de capital”, no patrimônio líquido e no resultado da Companhia referente ao direito das outorgas do Programa de 2012, 2011 e 2010 (R\$833 em 31 de dezembro de 2012 referente às outorgas do Programa de 2011 e 2010)

18. COMPROMISSOS E GARANTIAS

A controlada indireta Girocantex, dentro das obrigações assumidas no contrato para construção de 8 empuradores fluviais assinado com fornecedor estrangeiro em 5 de agosto de 2012, para cumprimento das obrigações assumidas no contrato de transporte firmado com a Vale em 17 de julho de 2012, emitiu uma garantia financeira de performance pelo Banco Itaú BBA S.A. no montante de 10% do valor do contrato com aquele fornecedor.

A controlada Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A., dentro das obrigações assumida no contrato de compra e venda com KF de Menezes Consultoria Logística, do terreno para a instalação de Terminal Portuário de Uso Privativo (TUP), localizado na Cidade de Barcarena, Estado do Pará, assumiu a obrigação de R\$15.000 mil a ser pago na aprovação da concessão de Licença de Operação (LO).

19. RECEITA E CUSTO DE OPERAÇÃO

	Consolidado	
	2013	2012
Receita Líquida de Serviços		
Arrendamento	3.088	-
Custo de Operação		
Combustível	(2.117)	-
Pessoal	(722)	-
Manutenção	(488)	-
Seguros	(128)	-
Segurança	(93)	-
Outras despesas	(349)	-
Prejuízo Bruto	(809)	-

20. DESPESAS COM SALÁRIOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários	(4.670)	(2.340)	(5.793)	(2.869)
Encargos sociais	(2.108)	(1.411)	(2.343)	(1.411)
Pró-labore	(1.770)	(1.516)	(1.770)	(1.516)
Férias e 13º salário	(1.435)	(339)	(1.470)	(339)
Bônus	(2.995)	(2.869)	(3.147)	(2.869)
Opções Outorgadas Reconhecidas	(155)	(833)	(155)	(833)
Outras Despesas com pessoal	(1.348)	(759)	(1.408)	(822)
Total	(14.481)	(10.067)	(16.086)	(10.659)

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Viagens e estadias	(1.036)	(915)	(1.613)	(1.418)
Aluguéis e condomínios	(524)	(388)	(954)	(510)
Serviços públicos	(79)	(224)	(254)	(244)
Condução e locomoção	(255)	(201)	(302)	(252)
Outras despesas	(780)	(314)	(3.672)	(1.232)
Total	(2.674)	(2.042)	(6.795)	(3.656)

22. DESPESA COM SERVIÇOS PROFISSIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Consultorias	(2.926)	(1.228)	(3.803)	(2.432)
Advogados	(169)	(659)	(833)	(1.264)
Publicações	(200)	(194)	(266)	(266)
Recrutamento e Seleção	(600)	(364)	(647)	(364)
Auditorias	(276)	(122)	(537)	(179)
Serviços de Informática	(427)	(88)	(456)	(88)
Outras serviços	(414)	(261)	(533)	(317)
Total	(5.012)	(2.916)	(7.075)	(4.910)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
<u>Receitas</u>				
Rendas de aplicações financeiras	3.333	4.774	3.333	4.774
Atualizações monetárias e cambiais	3.699	6	3.701	245
Outros	-	-	3	-
Total	7.032	4.780	7.037	5.019
<u>Despesas</u>				
Encargos de dívidas	-	-	(3.025)	-
Atualizações monetárias e cambiais	-	-	(767)	(38)
Headge de Fluxo de Caixa	-	-	(216)	-
Garantias Financeiras	-	-	-	(962)
IOF	(772)	(481)	(772)	(481)
Outros	(30)	(16)	(101)	(89)
Total	(802)	(497)	(4.881)	(1.570)
Total Resultado Financeiro	6.230	4.283	2.156	3.449

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação de negócio.

Contas de resultado

	2013				2012			
	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total
Receita Líquida de Serviços	-	3.088	-	3.088	-	-	-	-
Custo de Operação	-	(3.897)	-	(3.897)	-	-	-	-
Prejuízo Bruto	-	(809)	-	(809)	-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais	(3.194)	(3.150)	(23.612)	(29.956)	(1.061)	(1.355)	(16.809)	(19.225)
Depreciação e amortização	(32)	(651)	(679)	(1.362)	(11)	-	(356)	(367)
Financeiras líquidas	(185)	(2.941)	5.282	2.156	-	(735)	4.184	3.449
Equivalência Patrimonial	-	-	1.008	1.008	-	-	608	608
Prejuízo Operacional do exercício	(3.411)	(7.551)	(18.001)	(28.963)	(1.072)	(2.090)	(12.373)	(15.535)

Contas patrimoniais

	2013				2012			
	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total	Corredor Norte	Corredor Sul	Holding	Total
Ativo Circulante	7.069	74.426	62.059	143.554	6.165	76.840	76.266	159.271
Ativo não Circulante	70.666	428.208	89.217	588.091	33.691	14.564	22.958	71.213
Total do Ativo	77.735	502.634	151.276	731.645	39.856	91.404	99.224	230.484
Passivo Circulante	2.654	16.916	60.232	79.802	-	1.283	2.718	4.001
Passivo não Circulante	-	138.174	-	138.174	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	70.081	347.544	96.044	513.669	39.700	90.121	96.662	226.483
Total do Passivo	72.735	502.634	156.276	731.645	39.700	91.404	99.380	230.484

25. OUTROS ASSUNTOS

Regulatório

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014.

Não são esperados efeitos relevantes decorrentes da observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, uma vez que a Companhia não distribuiu dividendos nem registrou lucros decorrentes das operações de suas controladas no exterior.

A Administração está avaliando se irá optar pela aplicação antecipada das disposições da referida Medida Provisória no exercício de 2014.

Contratos Comerciais

Em 20 de dezembro de 2013, foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração os termos e condições e a celebração pela Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A., Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A. e pela Hidrovias do Brasil - Navegação Norte Ltda., controladas diretas da Companhia, de Memorando de Entendimentos vinculante com a Nidera Sementes Ltda., para o transporte e movimentação de 2,2 milhões de toneladas de grãos, pelo prazo de dez anos, pelas respectivas subsidiárias integrais da Companhia.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2014 foi aprovado através de Reunião de Conselho de Administração a celebração pela Pricolpar S.A., controlada indireta da Companhia, o Contrato de Transporte Fluvial com a Nidera Paraguay

Granos y Oleaginosas S.A., para o transporte de 390 mil toneladas/ano de grãos pela hidrovia dos Rios Paraná-Paraguai, pelo prazo de cinco anos.

Em 19 de fevereiro de 2014 a Hidroviás do Brasil S.A. informou ao mercado e ao público em geral a celebração, nesta data pela Pricolpar S.A., controlada indireta da Companhia no Paraguai, o contrato de Transporte Fluvial com a Intergrain S.A., para o transporte de 300 mil tonelada/ano de grão pela hidrovia dos rios Paraná-Paraguai, pelo prazo de 5 anos , a partir de 1º de março de 2014.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 25 de fevereiro de 2014.
